



[Atribuição BB CY 4.0](#)

## ***OFENSIVA REACIONÁRIA ANTIGÊNERO: UMA REVISÃO DE LITERATURA SOBRE IDEOLOGIAS DE GÊNERO NO BRASIL DO SÉCULO XXI***

Thiago Luiz Sartori<sup>1</sup>

### ***Resumo***

Este artigo tem como objetivo estabelecer diálogos teóricos que problematizam as ideologias de gênero a partir das demandas sociais emergentes, de modo a apresentá-las como grupo antigênero e antidiversidade no século vigente. A Fundamentação Teórica está alojada no campo interdisciplinar dos Direitos Humanos (DH), entendidos aqui como corrente teórico-metodológica de base jurídica e social. A metodologia é do tipo bibliográfico, uma vez que estamos mobilizando saberes teórico-metodológicos a partir das discussões sobre gênero enquanto categoria social. Ao convergir diferentes pontos de vistas teóricos acerca das ideologias de gênero, procuramos levar em consideração o contexto social e histórico vivenciado no Brasil do século XXI, o que nos levou a constatar que o preconceito e a resistência quanto à ideologia de gênero permanecem como fatos preocupantes, uma vez que caracterizam uma sociedade predominantemente heteroformativa.

---

<sup>1</sup> Doutorando em Mudança Social e Participação Política pela Universidade de São Paulo (USP). Analista Jurídico do Ministério Público do Estado de São Paulo. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8295-0661>. E-mail: [tlsartori@hotmail.com](mailto:tlsartori@hotmail.com).

## *Palavras-chave*

Gênero; ideologia; antigênero; direitos humanos; preconceito.

Recebido em: 21/06/2023

Aprovado em: 23/06/2023

# **REACTIONARY ANTI-GENERAL OFFENSIVE: A LITERATURE REVIEW ON GENDER IDEOLOGIES IN BRAZIL IN THE 21ST CENTURY**

## ***Abstract***

This article aims to establish theoretical dialogues that problematize gender ideologies based on emerging social demands, in order to present them as an anti-gender and anti-diversity group in current century. The Theoretical Foundation is housed in the interdisciplinary field of Human Rights (HR), understood here as a theoretical-methodological current of legal and social basis. The methodology is of the bibliographical type, since we are mobilizing theoretical-methodological knowledge from discussions on gender as a social category. By converging different theoretical points of view about gender ideologies, we tried to take into account the social and historical context experienced in Brazil in the 21st century, which led us to find that prejudice and resistance to gender ideology remain worrying facts, since they characterize a predominantly heteroformative society.

## ***Keywords***

Gender; ideology; antigen; human rights; prejudice.

## Introdução

Em todo o mundo, a desigualdade de gênero no local de trabalho ainda é generalizada no que diz respeito ao acesso às oportunidades, recursos, influência e reconhecimento pelas funções desempenhadas, mesmo em locais de trabalho predominantemente femininos. Tradicionalmente, os homens têm tido mais acesso à renda, oportunidades de carreira e poder.

O uso do termo “gênero” é historicamente controverso devido às múltiplas formas que assume e aos contextos plurais aos quais se aplica. Na Língua Portuguesa, institucionalizou-se que o referido termo tenha relação com a divisão entre masculino, feminino e neutro. Ao buscarmos a sua origem etimológica, gênero vem do latim *genus*, e significa “nascimento”, “família”, “tipo”. Já em sua origem grega, *genos* e *geneã*, encontra-se alusão ao sexo, embora só tenha sido associado ao sexo biológico do indivíduo, enquanto sinônimo, por volta do século XV. Nas Ciências Sociais, a palavra “gênero” diz respeito às representações do masculino e do feminino, às imagens construídas pela sociedade a propósito do masculino e do feminino, estando estas inter-relacionadas (STELLMANN, 2007).

O termo “gênero”, que é básico na compreensão da “violência de gênero”, foi traduzido oficialmente como “sexo social”, o que levou à (des)compreensão generalizada de que o sexo, e não o gênero, é construído socialmente. Sendo discutido predominantemente no meio acadêmico até recentemente, este termo foi reconhecido por muitos como um algo imposto pelo “Ocidente” e como parte de uma estratégia maior de imposição de valores “não naturais” e “inconsistentes”.

O termo “gênero”, introduzido na teoria feminista na década de 1970 para apontar para a construção social da diferença entre mulheres e homens e o aspecto relacional da definição de feminilidade e masculinidade, tem sido entendido de diferentes formas. Duas abordagens dominantes operavam na época: uma que focava na socialização, papéis sexuais e estereótipos (associada ao feminismo liberal), mas negligenciava as relações de poder econômico, político e doméstico, e a outra (associada ao feminismo radical) que focava no poder relações, opressão e patriarcado, mas tomou homens e mulheres como categorias pré-definidas. Na década de 1990, surgiu uma mudança de paradigma: a perspectiva da interseccionalidade desafiou a conceituação unidimensional de gênero, enfatizando que nossas identidades sociais influenciam profundamente

a forma como vivenciamos o gênero, enquanto a teoria queer desafiou a compreensão binária de gênero, o dualismo entre sexo e gênero e a heteronormatividade, pressupostos das teorias de gênero da época.

A equidade de gênero é um tema que exige voltar alguns passos na história para resgatar marcos importantes, capazes de explicar a construção social vivida atualmente. Estamos vivendo em um mundo atormentado por vários vírus pandêmicos, tanto ideológicos quanto infecciosos, com profundas implicações para os meios de subsistência, pesquisa e ensino feministas. Movimentos, instituições e partidos conservadores, fascistas e nacionalistas continuam seus ataques cruéis à pesquisa de gênero, aos movimentos antirracistas, feministas e LGBTQIAP+. Juntamente com certas vertentes do “feminismo”, estão questionando o próprio significado do próprio “gênero”.

À luz de nossas discussões cada vez mais complexas sobre justiça, poder e desigualdade em corpos de gênero posicionados de forma diferente, e a necessidade urgente de pesquisa crítica, é surpreendente que o conceito de gênero tenha estado sob escrutínio e contestação renovados, incluindo dentro dos movimentos feministas.

Nos últimos anos, em diferentes países, é possível perceber uma crescente mobilização denominada “antigênero”, divulgada por grupos reacionários contra a problematização das questões de gênero e de sexualidade. Diante, então, do exposto, o objetivo deste estudo é estabelecer diálogos teóricos que problematizem as ideologias de gênero a partir das demandas sociais emergentes, de modo a apresentá-las como grupo antigênero e antiversidade no século vigente.

Com isso, esperamos contribuir com as discussões acadêmicas que versam sobre a referida temática, com vistas a colaborar no desenvolvimento de melhores condições sociais no que compete aos membros da comunidade LGBTQIAP+.

### *Poder e Discurso na Sociedade Ocidental: Algumas perspectivas teóricas a partir das discussões de gênero*

O discurso é uma construção da linguagem que se relaciona ao contexto social em que o texto é produzido. Dessa forma, a análise de discurso é uma alternativa teórico-metodológica que tem como objetivo interpretar textos de modalidade verbal e não-verbal. Está, portanto, diretamente articulada ao

entendimento de construções de poder social, o qual se constitui a partir de demandas sociais ligadas ao período histórico a que se refere.

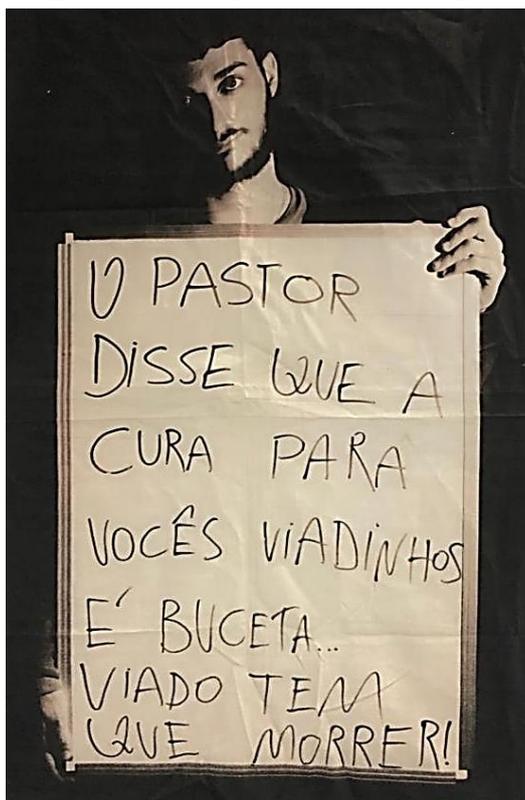
Foucault (1998) descreve o discurso como uma construção das características providas da sociedade de convívio. Segundo ele, a sociedade é fator propulsor para a construção de sentidos a partir de um determinado fenômeno social.

Na presente pesquisa, entender um pouco a fala de Foucault (1998) nos ajuda a pensar as relações de poder a partir da perspectiva do gênero em diferentes concepções. Isso porque partimos do princípio de que o empoderamento das discussões sobre gênero no âmbito científico reverbera uma série de sobreposições discursivas que caracterizam o cenário vigente. Isso, por sua vez, nos leva a compreender a linguagem como um fenômeno social por meio da qual se exerce poder (WODAK, 2001).

Em tempo, o discurso é entendido como uma realidade material, que condiciona a prática dos sujeitos na produção da realidade social, na qual se insere a própria pesquisa (JAEGER, 2001).

Para melhor compreendermos o posicionamento dos autores acima, elencamos algumas fotografias registradas pela fotógrafa Sabrina Marthendal e expostas no evento “Eu já te ouvi dizer”, desenvolvido como parte da semana de luta contra a Homofobia de Blumenau, sendo um projeto fotográfico com frases de preconceitos dirigidos às pessoas lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros.

**Figura 1:** Presença do Discurso Religioso

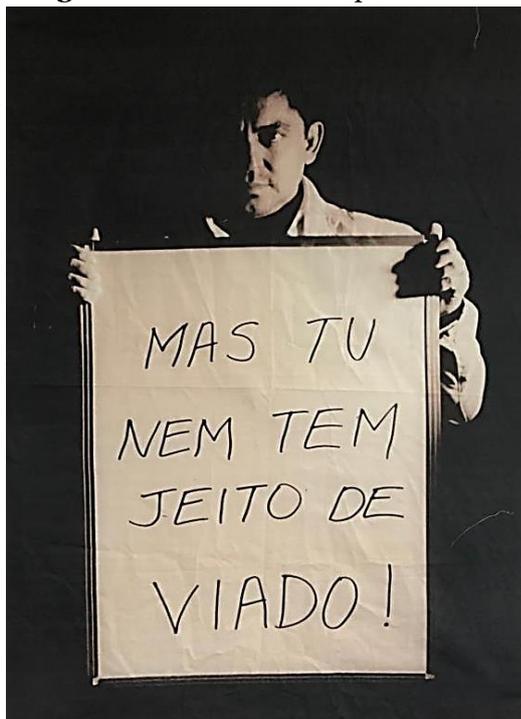


**Fonte:** Marthendal (Disponível em <<[>>](https://encurtador.com.br/efBK1))

A Figura 1 apresenta a reprodução de um discurso religioso que, a partir de escolhas linguísticas de baixo calão, evidenciam uma percepção de poder a partir de uma pre-concepção divina. A partir de um retrocesso histórico, podemos perceber o empoderamento discursivo a partir de valores medievais. Nesse caso, o posicionamento teocêntrico aponta para um olhar social bastante questionável que imperava em tempos em que o olhar disjuntivo da religião povoava o imaginário das pessoas. Com isso, falamos em uma distorção de valores simbólicos, já que o século XXI goza de diferentes demandas comportamentais e relacionais que destoam na era medieval (SCALA, 2001).

Observemos agora a imagem seguinte:

**Figura 2:** A visão estereotipada



**Fonte:** Marthendal (Disponível em <<<https://encurtador.com.br/efBK1>>>)

A Figura 2 apresenta um discurso de estereotipação da figura da pessoa homoafetiva. No caso da imagem, há um questionamento sobre a sexualidade da pessoa, considerando “não ter jeito de viado”. Isso nos remete à propagação de um discurso heteroformativo que se baseia na dicotomia *masculinidade x feminilidade*. Trata-se de uma visão dicotômica que procura rotular a sexualidade de alguém a partir daquilo que a sociedade ocidental acredita ser condizente com o seu gênero. Evidentemente, este recurso é combatido com veemência na atual conjuntura social, em que os rótulos parecem não sustentar os estereótipos já cristalizados com o tempo (PARAÍSO, 2016).

Nesse sentido, podemos dizer que as disjunções de poder, identificadas nas práticas discursivas, nos ajudam a mapear as transformações comportamentais ao longo do tempo. Isso, por sua vez, nos ajuda a perceber as diferentes concepções a partir das discussões de gênero que se é possível notar hoje.

## *Antidiversidade no século vigente: Um olhar a partir dos Direitos Humanos*

Mesmo antes do nascimento, as normas e outros aspectos do sistema de gênero começam a moldar as perspectivas de vida do bebê em desenvolvimento. Estudos mostram que o comportamento dos pais muda em relação a um bebê assim que seu sexo é conhecido ou atribuído. À medida que as crianças crescem, elas absorvem mensagens sutis e abertas sobre o que é valorizado, quem tem poder e como se comportar. A socialização de gênero começa na família e é reforçada ou contestada por professores, líderes religiosos, colegas e exposição à mídia. Aos dez anos, as crianças já absorveram normas restritivas sobre condutas de gênero aceitáveis, que tendem a ser rigidamente policiadas pelos pais e colegas (GALZERANO, 2021).

As origens do discurso sobre “ideologia de gênero”<sup>2</sup> remontam às conferências mundiais da Organização das Nações Unidas (ONU) dos anos 1990, em que a forte advocacia feminista e LGBTQIAP+ conseguiu colocar o gênero no centro da agenda internacional de direitos humanos. A noção de ideologia de gênero foi inicialmente criada para se opor ao ativismo dos direitos das mulheres e LGBTQIAP+, bem como a erudição desconstruindo pressupostos essencialistas e naturalistas sobre gênero e sexualidade.

Embora a resistência à incorporação de gênero nas leis e políticas de direitos humanos não seja nova, desde 2013 as campanhas antigênero se articularam como movimentos e aumentaram sua visibilidade. Mais recentemente, a dimensão transnacional da ofensiva antigênero tornou-se visível como um desafio aos padrões de direitos humanos.

As campanhas antigênero começaram imediatamente com a propagação do termo gênero na ONU, mas, por quase 20 anos, ficaram contidas nos fóruns internacionais de direitos humanos. Os movimentos transnacionais antigênero, como formas específicas de mobilização e campanhas contra a igualdade de gênero e os direitos LGBTQIAP+, ganharam força na década de 2010.

As normas restritivas de gênero afetam a todos. Como um determinante compartilhado de saúde para homens, mulheres, meninos, meninas e pessoas

---

<sup>2</sup> Optamos pelo uso da expressão “ideologia de gênero” para indicar a matriz motivadora das discussões acadêmicas acerca da ideia de gênero em detrimento de sexo biológico, acoplado, então, perspectivas psicológicas e sociológicas.

com diversidade de gênero, as desigualdades de gênero geram excessos em larga escala na mortalidade e morbidade em todo o mundo. A desigualdade de gênero é transformada em risco à saúde por meio de: valores, normas, crenças e práticas discriminatórias; exposições e suscetibilidades diferenciais a doenças, incapacidades e lesões; preconceitos nos sistemas de saúde; e preconceitos na pesquisa em saúde. A discriminação de gênero em qualquer um desses níveis afeta negativamente a saúde e os resultados sociais (MISKOLCI; CAMPANA, 2017).

A ideologia do gênero é frequentemente denunciada como uma forma de “doutrinação neototalitária”, de raiz marxista e ateia, e ainda mais opressiva e perigosa do que o marxismo, camuflada em discursos sobre emancipação, liberdade e igualdade (JUNQUEIRA, 2017).

O referido movimento antigênero busca desqualificar e anular as produções científicas e os estudos que vêm sendo produzidos em relação às questões de gênero e de sexualidade: “a estratégia consiste em mostrar que as compreensões do mundo que querem desqualificar são ‘ideológicas’, portanto, destituídas de ‘verdade científica’” (PARAÍSO, 2016).

Dietze e Roth (2020) chamam a atenção exatamente para o papel crucial que as agendas antigênero e antidiversidade étnico-racial desempenharam na emergência contemporânea de novos líderes populistas de direita no mundo ao ser utilizada como ferramenta retórica de construção de coalizões entre novos e velhos grupos políticos conservadores, reacionários ou extremistas.

Miskolci e Campana (2017) destacaram que, apesar de ter surgido no âmbito da Igreja Católica, setores evangélicos também aderiram à causa antigênero, o que é confirmado pela nossa análise de discurso, onde visualizamos nas imagens 2,4 e 5 a influência das religiões, do ensino religiosos no ataque a esses indivíduos. Somam-se a eles, as organizações não governamentais provida com características ligadas à religião e ao conservadorismo. Para eles, o gênero superpolitizou as relações e rompeu seguranças queridas sobre as relações humanas.

Junqueira (2017) expõe ainda que há uma produção discursiva conservadora e religiosa que projeta uma ressignificação dos conceitos de gênero em uma teoria social-teológica sobre identidade que acaba por demonizar sexualidades e performatividades de gênero dissidentes, na tentativa de reforçar um determinismo biológico na produção de sujeitos. Além disso, essa perspectiva

antigênero, se coloca também como anti-globalista, ou seja, contrária a esse suposto movimento revolucionário neototalitário e anti-cristianismo.

Além das implicações políticas discutidas aqui, a substituição das justificativas religiosas por uma linguagem laica, recorrendo a argumentos jurídicos que tendem a interpretar mal as normas de direitos humanos ou exagerar certos conflitos de direitos (humanos) tem implicações importantes para a disciplina, tocando a privacidade e a vida familiar, direitos dos pais, liberdade de religião, liberdade de expressão, liberdade de associação, educação, saúde (PRADO; CORREA, 2018).

As estratégias utilizadas nessas campanhas antigênero não são novas, como as manifestações de rua. Fazer lobby, informar e organizar eventos paralelos durante as reuniões da Assembleia Geral, cúpulas ou períodos de sessão também são práticas comuns em organizações internacionais, resultando em ataques com palavras ofensivas que são demonstradas nas Figuras 1 e 2, por exemplo.

O discurso antigênero é reproduzido em textos de jornalistas, políticos, artistas e acadêmicos, em desenhos ou performances e ocorre quase sempre de forma digital. A cada repetição, o discurso antigênero se funde com outros discursos locais e transnacionais semelhantes, transformando-o ou normalizando-o. Os discursos não podem ser separados das diferentes formas de materialidade que manifestam, e é fundamental considerar o papel da internet como condição material para o compartilhamento rápido e as muitas reiterações.

O gênero como uma construção social não é (apenas) visto como contrário aos preceitos religiosos, mas proclamado como cientificamente impreciso, uma ideologia. A ideologia de gênero tornou-se, no entanto, um conceito vazio, adaptando-se às condições contextuais. Torna-se um alvo móvel e atua como cola simbólica. Inclui direitos LGBTQIAP+ (casamento entre pessoas do mesmo sexo, direitos de transgêneros), direitos ao aborto, participação de mulheres e até tópicos que parecem consolidados na lei, como violência baseada em gênero.

A educação sexual e de gênero nas escolas e a proteção das crianças contra a exploração sexual e a pedofilia é outra questão que cai sob o guarda-chuva da ideologia de gênero, mas particularmente de pessoas LGBTQIAP+ ou, mais recentemente, de elites poderosas. A proteção dos direitos dos pais contra a interferência do Estado e o excesso do governo é fundamental nesta discussão. Galzerano (2021) descrevem ainda que além disso, a família não é mais (apenas)

associada a valores e objeto de proteção, mas concebida como sujeito de direitos, ideia que ressoa historicamente em todos os enclaves religiosos.

Scala (2011) afirma que a teoria de gênero é uma teoria radical que pode destruir casamentos, famílias e sociedades. Ele afirma que adotar o que ele chama de uma abordagem feminista radical, pseudoantropológica e de gênero pode resultar em consequências terríveis, pois visa doutrinar e projetar socialmente os indivíduos e atribui a origem da ideologia de gênero à revolução sexual dos anos 1960, que, segundo ele, produziu uma grave crise de identidade para as mulheres. Segundo ele, as mulheres não estavam satisfeitas com os direitos civis e políticos para alcançar a igualdade entre os sexos, que perseguiram por meio de uma ideologia de gênero. Ele inventa que as mulheres que apoiam essa estratégia negam que a biologia limita as mulheres e, em vez disso, sentem que o gênero, que é socialmente construído, impõe restrições a elas. Falas como essa que apoiam e incentivam as agressões demonstradas comumente nos discursos.

As ações contrárias a educação de gênero nas escolas através de nossa análise de discurso são visualizadas através da figura 6, onde com base no contexto histórico e social, constatamos o preconceito vivenciado por essa classe vista muitas vezes como sendo as más influências para crianças.

As campanhas antigênero contestaram várias coisas em relação ao sistema educacional, desde a própria noção de gênero nos livros didáticos e programas de educação até os planos e currículos nacionais de educação sexual. A educação sensível LGBTQIAP+ também sofreu oposição. No Brasil, por exemplo, materiais educativos questionando discriminação e violência contra pessoas LGBTQIAP+ foram apelidados de 'kit gay' e sua distribuição foi interrompida em 2017.

A atenção à democracia, no entanto, está se tornando uma estratégia em si. Por um lado, recuperando a linguagem dos 'valores', as campanhas antigênero pretendem representar os valores da maioria, como evidenciam seus nomes e a pretensão de buscar o benefício de 'todos'. Candidatos políticos engajados na cruzada antigênero também apelam à 'maioria' esquecida pelas políticas públicas, o que é visualizado no contexto brasileiro. A ideologia de gênero também é considerada uma ameaça à soberania do Estado, constitutiva de uma nova forma de colonização promovida por elites globais e organizações internacionais contravalores e tradições nacionais (GUAZINA; LEITE; SANTOS, 2021).

Wood (2008) relata que a existência das práticas voltadas à valorização da diversidade inscreve-se em um complexo e amplo cenário no qual, já há algumas

décadas, interligam--se variáveis sociais, econômicas e culturais. Essas, por sua vez, interagem com demandas políticas como aquelas vocalizadas por grupos identitários com longo histórico de estigmatização.

O trabalho dos órgãos de monitoramento de direitos humanos parece até agora mais resiliente às cruzadas antigênero. Eles fortaleceram o monitoramento da igualdade de gênero e promoveram a conscientização nos últimos anos, e houve um lento, porém, sustentado, reconhecimento e ampliação dos direitos em relação ao gênero e à diversidade sexual. Mesmo tópicos contenciosos, como educação sexual nas escolas, aborto e direitos reprodutivos, identidade de gênero ou casamento entre pessoas do mesmo sexo, foram abordados na jurisprudência e na política. Ainda conscientes das características do atual retrocesso descrito nesta coluna, os órgãos de direitos humanos podem reforçar essas conquistas legais e políticas fortalecendo algumas práticas institucionais.

Ser contra os direitos das mulheres; questões de lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros e queer (LGBTQ); certos instrumentos de política administrativa (como a integração de gênero); assim como o financiamento público dos departamentos de estudos de gênero, os defensores dessas plataformas tendem a considerar todos os atores políticos e não governamentais, funcionários administrativos e pesquisadores científicos que se concentram nessas questões como um único grupo homogêneo e um lobby organizado. Isso se manifesta em parte em movimentos populares ou religiosos e em parte na agenda de partidos de direita e populistas.

### *Considerações finais*

A noção de gênero vem sendo discutida desde sua introdução no discurso do direito internacional dos direitos humanos no início dos anos 1990, refletindo mudanças nas teorias de gênero e nas demandas dos diferentes grupos ativistas. Entendimentos diferentes e muitas vezes conflitantes do termo resultaram em uma abordagem de não definição de décadas em documentos multilaterais.

Ao propor um diálogo teórico, além de considerar o contexto social e histórico vivenciado no Brasil atualmente, é possível constatar que o preconceito e a resistência quanto a ideologia de gênero permanece como fatos preocupantes. Como justificativa para a ofensiva antigênero religiosos, políticos atacam e causam o retrocesso dos direitos humanos desses indivíduos que sofrem rotineiramente.

As vozes conservadoras continuam a usar argumentos, muitas vezes expressos em termos culturais, econômicos ou religiosos, para justificar a discriminação contra mulheres e minorias de gênero, enquanto defendem os fundamentos tradicionais do privilégio masculino. Cooptando o termo gênero, forças poderosas estão pressionando contra conquistas duramente lutadas em direitos humanos e saúde ao se mobilizarem contra a chamada ameaça da ideologia de gênero, um termo criado para indiciar uma série de visões progressistas, como LGBTQIAP+ direitos, acesso à educação sexual integral e acomodação das diversas formas familiares.

A importância dos direitos humanos é hoje inquestionável. Por vezes, a sua evocação tão sistemática e alargada sugere que os direitos humanos acabaram por se converter efetivamente em universais enquanto código de conduta e de ética humana.

## Referências

DIETZE, Gabriele; ROTH, Júlia. Populismo de direita e gênero: uma cartografia preliminar de um campo de pesquisa emergente. **Populismo de Direita e Gênero, Perspectivas Europeias e Além**, p. 7-21, 2020.

FOUCAULT, Michel. A ordem do discurso. São Paulo: Loyola, 1998.

GALZERANO, Luciana Sardenha. A ofensiva anti-gênero na sociedade brasileira. **Revista Trabalho Necessário**, v. 19, n. 38, p. 82-104, 2021.

GUAZINA, Liziane Soares; LEITE, Gabriela Guerreiro; SANTOS, Ébida. A normalização da agenda anti-gênero de Jair Bolsonaro: Uma análise dos jornais Folha de S. Paulo e Estado de São Paulo. **Sur le journalisme, About journalism, Sobre jornalismo**, v. 10, n. 1, p. 44-61, 2021.

JAEGER, Werner. A formação do homem grego. **São Paulo: Fontes**, 2001.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. Ideologia de gênero”: a gênese de uma categoria política reacionária—ou: a promoção dos direitos humanos se tornou uma “ameaça à família natural”. **Debates contemporâneas sobre a educação para a sexualidade**. Rio Grande, Editora da FURG, p. 25-52, 2017.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero, sexualidade e educação: Uma perspectiva pós-estruturalista. 16<sup>a</sup>. ed. Petrópolis: Editora Vozes. 2014.

MISKOLCI, Richard; CAMPANA, Maximiliano. “Ideologia de gênero”: notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo. **Sociedade e Estado**, v. 32, p. 725-748, 2017.

MUSSALIM, Fernanda. Análise do discurso. **Introdução à linguística: domínios e fronteiras**, v. 2, n. 2, p. 101-142, 2001.

PARÁISO, Marlucy Alves. A ciranda do currículo com gênero, poder e resistência. **Currículo sem Fronteiras**, [online], v. 16, n. 3, p. 388-415, set./dez. 2016.

PRADO, Marco Aurélio Maximo; CORREA, Sonia. Retratos transnacionais e nacionais das cruzadas antigênero. **Revista Psicologia Política**, v. 18, n. 43, p. 444-448, 2018.

SCALA, Jorge. Ideologia de Gênero: o neototalitarismo e a morte da família. **São Paulo: Katechesis**, 2011.

WOOD, Glenice. Gender stereotypical attitudes: past, present and future influences on women's career advancement. **Equal Opportunities International**, 2008.